

Mesa recebe o projeto sobre diretas em 88

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) entregou, ontem, à Mesa da Constituinte o projeto de decisão que prevê a fixação imediata do mandato do presidente José Sarney em quatro anos. Segundo o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) a proposta não chegará nem ao plenário porque será derrotada na Comissão de Sistematização.



ameaça à Constituinte. Dessa forma, ele acredita que a sua proposta está de acordo com o artigo 59, parágrafo sétimo, do Regimento Interno que prevê que os projetos de decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Constituinte.

Tanto o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, como o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, acham que a discussão do mandato presidencial nada tem a ver com a soberania da Constituinte. Em entrevistas separadas, Ulysses afirmou que a duração do mandato é debatido todos os dias e boa parte dos oradores que sobem à tribuna se ocupam do assunto.

Já o deputado Carlos Sant'Anna garante que o projeto não terá os 47 votos, no mínimo, na Comissão de Sistematização para que seja aprovado e encaminhado ao plenário. «Nosso trabalho é fazer com que ele não tenha os 47 votos», sentenciou o líder.

Dos 188 parlamentares que subscreveram o projeto, 52 são do PMDB, oito do PFL e os 128 restantes divididos entre os demais partidos na Constituinte. O líder do PMDB, senador Mário Covas, pertencente à ala progressista do seu partido, não assinou o documento sob a alegação de que vai apresentar, na próxima semana, uma emenda popular neste sentido e a iniciativa do deputado Arnaldo Faria de Sá poderia esvaziar a sua proposta.

Arnaldo Faria de Sá obteve 188 assinaturas de apoio à sua iniciativa, uma a mais do que prevê o Regimento Interno da Constituinte para projetos de decisão. Ele estima que na próxima semana a proposta começa a tramitar na Comissão de Sistematização, que tem um prazo de até cinco dias para dar o seu parecer sobre o assunto.

Para a aprovação do projeto na Comissão são necessários 47 votos favoráveis, no mínimo. Caso obtenha este quorum, a proposta segue para plenário, onde será votada em dois turnos. Em plenário o número exigido para sua aprovação é de 280 votos positivos.

Ao justificar a apresentação do projeto, Arnaldo Faria de Sá destaca que as preocupações que os constituintes vêm tendo em relação ao mandato do presidente Sarney, configura-se um crescente ritmo de



Faria de Sá (D) entrega a Bernardo Cabral (C) a proposta de eleição direta para Presidente em 88

Ulysses é contra a proposta

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse ontem que é contra a fixação do mandato do presidente José Sarney agora, como prevê o projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). Ulysses alega que o assunto deve ser votado no bojo da nova Constituição, o que deve ocorrer com a aprovação da forma de governo. Ele ressaltou, porém, que vai examinar a proposta para dar o andamento que o Regimento Interno da Casa determina.

1988, que acabara de ser entregue ao segundo vice-presidente da Mesa Diretora da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA).

O próprio presidente da Constituinte é quem deveria ter recebido a proposta de Arnaldo de Sá. Ocorre que na hora marcada para a entrega do projeto, às 15h00 de ontem, Ulysses Guimarães assumiu a presidência da sessão da Constituinte. Ele alegou que sua assessoria não lhe informara que haveria a entrega do documento àquela hora. Revoltado, o deputado do PTB optou por encaminhar a sua proposta à Mesa da Constituinte. Em seguida, Arnaldo de Sá ironizou: «Eu ia entregar o projeto ao Ulysses em deferência à tradição democrática que ele representa».

Apesar de não ter recebido o projeto, Ulysses Guimarães prometeu examinar a proposição. «Vou examinar este documento à luz do Regimento para dar o andamento que ele prevê», assegurou. Como presidente da Constituinte, cabe à Ulysses determinar a data que o projeto vai entrar na ordem do dia para votação em plenário, caso a proposta seja aprovada na Comissão de Sistematização.

De qualquer maneira, Ulysses deverá encaminhar o projeto à comissão, uma vez que caberá ao relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) dar o parecer sobre a proposta. Ontem, Cabral afirmou que o seu parecer vai ser favorável à proposição de Arnaldo Faria de Sá para que ela possa ter andamento na Comissão, apesar de, no mérito, ser contra a iniciativa.

Pressão gaúcha

O deputado do PT gaúcho, Paulo Paim, denunciou, ontem, a pressão que empresários do Rio Grande do Sul estão exercendo, sobre os trabalhadores, para que estes assinem emenda à Constituição contra a estabilidade no emprego. Segundo Paim, a região do vale do Rio dos Sinos, pólo industrial do calçado é uma das mais atingidas pelas pressões, e é onde já se detectaram casos de demissões de trabalhadores, que se negaram a assinar essas emendas.

Para Paim, essa pressão é uma forma de conseguir sustentação (a emendas) que eles, sozinhos, não conseguiram.

Corrupção, não

Os políticos que abusarem do poder econômico ou tiverem comprovada a corrupção eleitoral, poderão ter seu mandato cassado por qualquer cidadão, se depender da vontade do deputado Lysâneas Maciel, PDT-RJ. A emenda proposta pelo deputado será apresentada brevemente à Comissão de Sistematização, da mesma forma, os parlamentares também poderão ser destituídos por seus eleitores para os mesmos casos.

Emendas do PT

A liderança do Partido dos Trabalhadores — PT — está ultimando a redação das suas emendas, ao anteprojeto de Constituição. Elas serão apresentadas ainda esta semana. De acordo com o líder do partido, deputado Luiz Inácio Lula da Silva (SP), as emendas são em relação ao mérito e estão dentro dos princípios partidários, exatamente refletindo a proposta de Constituição que o PT trouxe para a Constituinte.

Autor diz que tem 230 votos

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), autor do Projeto de Decisão que institui as eleições diretas para Presidente em 1988, entregou ontem à Mesa da Constituinte, garante que já conta com 230 votos favoráveis à proposta, restando apenas angariar o apoio de mais 50 constituintes para garantir a sua aprovação por maioria absoluta — 280 pleitos — na votação em plenário. Por outro lado, o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna diz que o projeto de Faria nem chegará ao plenário da Constituinte pois o seu grupo, o «Centro Democrático», vai rejeitá-lo logo na Comissão de Sistematização, onde tem maioria.

Segundo Sant'Anna, e proposta em tese nem poderia ser acatada pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães ou pelo relator da Sistematização, deputado Bernardo Cabral, já que não atende às exigências do Regimento Interno: «Projeto de Decisão só pode ser apresentado para sobrestar medidas que impeçam o trabalho soberano da Constituinte, o que não é o caso do projeto de Faria de Sá. Mas mesmo que ele seja aceito, trata-se de matéria de natureza constitucional, o que exige a sua aprovação por maioria absoluta na Comissão de Sistematização. Ou seja, seriam precisos 48 votos favoráveis da Sistematização para aprová-lo e eu garanto que lá ele não consegue essa maioria».

Para Faria de Sá, no entanto, o seu projeto deve ir à plenário, mesmo que rejeitado pela Sistema-

tização: «Um requerimento de urgência, assinado por 56 constituintes seria a maneira indicada regimentalmente para forçar a ida da proposta à deliberação do plenário da Constituinte, mas não creio que isso vá ser necessário». Pelo seu raciocínio, dois fatores devem contribuir para que o projeto receba o apoio necessário à sua aprovação: «O apoio popular às diretas-88 e a lembrança recente em relação aos parlamentares que votaram contra a emenda das diretas do ex-deputado Dante de Oliveira e por isso não conseguiram voltar ao Congresso Nacional nos garantem a obtenção desses votos».

Partidos
À exceção do PMDB, constituintes de todos os partidos políticos que compõem o Congresso assinaram proposta de Faria de Sá. O projeto tem o apoio praticamente unânime de todos os partidos de esquerda, num total de 51 assinaturas, sendo cinco do PC do B, 26 do PDT, 15 do PT, três do PCB e duas do PSB. Do PDS assinaram 17 constituintes, quase a metade da bancada (37 membros). do PTB assinaram 14 dos 18 que compõem o partido, e do PMDB, 92 constituintes emprestaram sua assinatura. O PFL mostrou-se o partido mais fiel à tese do Planalto e do próprio Sarney que defende cinco anos para o seu mandato: dos 130 constituintes pefelistas, apenas oito assinaram o projeto de Faria de Sá, entre eles o senador José Agripino Maia (RN) e os deputados Valmir Campelo (DF), Sandra Cavalcanti (RJ) e Pedro Canedo (GO).

Cabral acatará, discordando

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da comissão de Sistematização, disse ontem que vai dar parecer contrário quanto ao mérito do Projeto de Decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá, que propõe a realização de eleições diretas para presidente da República em 15 de novembro de 1988. Ele reafirmou a sua intenção de acatar o Projeto, com parecer favorável quanto à sua pertinência, mas colocá-lo em discussão no plenário da Comissão com um parecer opinativo contrário à sua tese: «Não posso defender as eleições em 1988, pois defendo a tese jurídica do respeito à atual Constituição, que garante o mandato de seis anos para o presidente Sarney».

Segundo Cabral, que recebeu o Projeto, informalmente, ontem das mãos de Faria de Sá, ele só pode se manifestar sobre o assunto, quando o presidente da Constituinte encaminhá-lo de forma oficial à comissão de Sistematização. Ele não afastou a hipótese, inclusive, de Ulysses indeferir-lo caso entenda pela sua impertinência: «Se Ulysses entender tratar-se de um Projeto de Decisão, ele o encaminha à Sistematização e eu o acato, pois entendo que é uma boa ideia para o funcionamento tranquilo da Constituinte. Mas ele tem o poder de indeferir, o Regimento lhe garante esse direito».

Ele esclarece que a única hipótese do Projeto ser definitivamente arquivado, após sua chegada à Sistematização é a rejeição unânime pelos membros da Comissão, agora isso, rejeitado ou aprovado o texto volta à Ulysses, para que o encaminhe ao plenário da Constituinte, onde será discutido e votado em dois turnos.

Negros
Ontem Cabral recebeu representantes do movimento negro na Constituinte — os deputados Benedita da Silva (PT-RJ) Edmilson Valentin (PC do B-RJ) e Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), com duas sugestões ao Substitutivo do relator: uma mudando a redação



Benedita propõe novo artigo

da alínea d do item III, do art. 12 do Projeto de Constituição, para caracterizar melhor o crime inafiançável para qualquer tipo de discriminação e outra, introduzindo um artigo para proibir que o Brasil mantenha relações diplomáticas ou firme tratados, acordos ou pactos com países que adotem políticas oficiais de discriminação de cor.

As duas sugestões já foram apresentadas sob a forma de emendas de plenário pela deputada Benedita da Silva e o relator da Sistematização comprometeu-se a acatá-las integralmente: Não se trata de atender ao pedido destes companheiros de Constituinte, mas de fazer justiça e até uma homenagem aos vários grupos étnicos que compõem nosso País. A nossa tradição é, sem sombra de dúvida, africana e indígena, por isso digo que trata-se de fazer justiça acatar essas emendas em meu Substitutivo».